



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Conselho Nacional de Imigração

CNIg/IV/05/05/2009

Local: Ministério do Trabalho e Emprego

Data: 05 de maio de 2009 - IV Reunião.

1 Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e nove, na sala de reuniões do quinto andar do Edifício-
2 Sede do Ministério do Trabalho e Emprego, localizado na Esplanada dos Ministérios, em Brasília,
3 Distrito Federal, se reuniu o Conselho Nacional de Imigração para a realização da quarta reunião
4 ordinária de dois mil e nove, sob a presidência do Conselheiro Paulo Sérgio de Almeida, e com a
5 presença dos Conselheiros: Adriana Giuntini, Representante da CNT; Christina Aires Corrêa Lima,
6 Representante da CNI; Danielle Silva Bernardes, Representante da CNA; Elias Ferreira,
7 Representante da Força Sindical; Haila Moreira F. Braga, Representante do MTur; Lídia Miranda
8 de Lima Amaral, Representante do MCT; Luciano Pestana Barbosa, Representante do Ministério da
9 Justiça; Marcos Vinícius Quito, Representante do Ministério da Saúde; Marilena Moraes Barbosa
10 Funari, Representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras; Marjolaine
11 Bernadete Julliard Tavares do Canto, Representante da CNC; Raimundo Nonato de Araújo Costa,
12 Representante do MAPA; Ralph Peter Hendersen, Representante do MRE; Rinaldo Gonçalves de
13 Almeida, Representante suplente do MTE; Roque de Barros Laraia, Representante da SBPC; Sérgio
14 Antonio Ferreira Victor, Representante suplente da CNT; Valdir Vicente de Barros, Representante
15 da CGT; e Victor Luiz Silva Carvalho, Representante da CUT. **Observadores:** Carolina Pinto,
16 MCT; Eduardo Rios Neto, CNPD; Fabiana Gorenstein, OIT; Leandro Madureira Silva, MPS; e,
17 Irmã Rosita Milesi, IMDH. **ABERTURA.** O Presidente do CNIg, Conselheiro Paulo Sérgio de
18 Almeida, iniciou a reunião, observando que os presentes haviam recebido a publicação do Conselho.
19 Informou que havia aproximadamente quarenta processos que seriam debatidos e discutidos em
20 Plenário, com os demais processos com propostas de deferimento ou indeferimento *ad referendum*,
21 preparadas pela Secretaria. Informou sobre o *clipping* de notícias na Publicação, ademais daquelas
22 transmitidas pela internet. O Presidente se referiu a alguns documentos que constavam na
23 publicação, observando que na folha 3, onde constava o Diário Oficial do dia anterior, Seção I, com
24 o despacho do Ministro Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego, que mencionava as
25 recomendações que o Conselho havia feito na última reunião, a respeito dos brasileiros e das
26 brasileiras no exterior e que estavam regressando. Colocou que o Ministro aprovava essas medidas
27 e determinava que o MTE, nos seus diversos setores, procedesse à sua aplicação. Informou que
28 essas medidas haviam sido apresentadas formalmente ao Ministro no dia 27 de abril em São Paulo,
29 na presença de representantes da comunidade nipo-brasileira, já que eram medidas destinadas aos
30 brasileiros no exterior, mas com foco na questão do Japão. Relatou que o Ministro havia solicitado
31 que o Conselho acompanhasse essa implementação, sendo que, ao longo das próximas reuniões, se
32 reportaria o andamento de cada um desses pontos. Relatou a necessidade de se estabelecer um
33 processo formal de consulta bilateral com o Japão e se debater o tema trabalho e a migração
34 permanentemente, dos brasileiros ao Japão e o seu retorno ao Brasil. Que suas ações visariam que
35 esse processo pudesse transcorrer de uma forma protegida, ordenada e dentro de parâmetros,
36 proporcionando mais proteção. Destacou que a Assessoria Internacional já havia iniciado os
37 contatos com o Itamaraty, para que se pudesse estabelecer esse canal de consulta bilateral com o

38 Japão, a exemplo do que já ocorria em outras áreas, como a Educação, em que havia uma Comissão
39 Bilateral estabelecida. Referiu-se ao projeto Casa do Trabalhador Brasileiro, do qual faria um relato
40 ainda nessa reunião, informando que o mesmo havia tido importantes passos no último mês.
41 Discorreu sobre a medida que prevê a possibilidade de saque das contas inativas do Fundo de
42 Garantia, às pessoas que vivem no exterior, informando que o Secretário-Executivo do Conselho
43 Curador do Fundo de Garantia esteve presente durante o lançamento da medida e que já havia
44 estabelecido os contatos com a Caixa Econômica Federal para sua implementação. Prosseguindo,
45 destacou outra medida prevista referente à Qualificação para o Trabalho, estando o Superintendente
46 do Estado de São Paulo incumbido de iniciar esse trabalho em São Paulo, por ser talvez o estado
47 que mais tenha recebido esses brasileiros que estavam retornando, especialmente do Japão. Relatou
48 que já havia sido feita uma reunião pela Superintendência com a comunidade nipo-brasileira para
49 estabelecer esse plano no estado de São Paulo, com a idéia de se estender para outros estados da
50 Federação. Observou que, além desse plano, a Superintendência de São Paulo estava encarregada
51 da criação de pontos de atendimento a brasileiros que estavam voltando; com pessoas treinadas para
52 esse atendimento. Com relação à linha telefônica gratuita, se estava propondo uma parceria com a
53 Caixa Econômica Federal, que já dispunha dessa linha no Japão para que o brasileiro que estivesse
54 nesse país pudesse acessar os serviços dessa Instituição bancária, mas também acessar informações
55 sobre o mercado de trabalho brasileiro através do direcionamento dessas chamadas para a central do
56 Ministério do Trabalho. Enfatizou serem medidas importantes e que atendiam a uma demanda
57 dessas pessoas que estavam no exterior e que estavam voltando e que foram debatidas e aprovadas
58 pelo Conselho e que já estão no estágio de implementação. O Presidente, continuando, mencionou
59 as folhas 04, 05 e 06, referente a um documento com informação do Ministério das Relações
60 Exteriores sobre as medidas de apoio do Governo Japonês e a carta que o Conselho redigiu que
61 havia passado por todos os Conselheiros e assinada pelo Ministro do Trabalho e Emprego ao
62 Embaixador do Japão no Brasil. Indicou a repercussão dessa carta e que colocava, claramente, que
63 representava não somente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego, do Conselho Nacional
64 de Imigração, mas também a posição do Governo Brasileiro, trazendo o reconhecimento às medidas
65 adotadas pelo Japão e que eram importantes, mas, em relação ao apoio financeiro com o
66 impedimento do regresso dessas pessoas que recebessem esse auxílio financeiro, considerava uma
67 medida contrária aos interesses do Brasil e aos interesses dos brasileiros no exterior. Neste
68 documento, havia um relato da visita de um Conselheiro da Embaixada do Japão e a posição que
69 havia sido passada a essa pessoa pelo Embaixador Gradilone, Chefe de Departamento das
70 Comunidades Brasileiras no Exterior, e com quem, permanentemente, o Conselho dialogava, antes
71 de fazer qualquer ato que implicasse em algo com relação a outro país. Ressaltou que não se fazia
72 nada sem consultas e avaliação de cada passo dado pelo Conselho dava. Que essa nota era
73 importante, porque o Ministério das Relações Exteriores tratava sobre o Projeto Casa do Trabalho
74 Brasileiro, retratando o apoio do Governo Brasileiro a esse Projeto e com o representante da
75 Embaixada do Japão manifestando, também, o apoio que o Governo do Japão emprestava a esse
76 Projeto. Prosseguindo, passou a informar sobre dois importantes eventos a serem realizados em
77 maio e junho próximo. Relembrou que o Conselho, em dezembro de 2007, em parceria com o
78 Ministério do Turismo, havia realizado um importante Seminário com o tema “*Mercosul e as*
79 *Migrações*”, abordando o tema das migrações sobre diversos olhares, dando ciência de várias ações
80 que estavam sendo realizadas e que impactavam na questão migratória, resultando em um livro
81 “*Mercosul e as Migrações*” que seria lançado no dia 13 de maio, às 18h, na Biblioteca do Senado,
82 convidando a todos os presentes para esse evento. Relatou ainda que nos dias 19 e 20 de junho
83 haverá a realização do Seminário “Acordos de Residência para Nacionais dos Estados Partes do
84 Mercosul: Desafios e Possibilidades”, em Foz do Iguaçu, com realização do CSEM (Centro
85 Scalabriniano de Estudos Migratórios), com o apoio do Conselho Nacional de Imigração e parceria
86 com o Centro de Atendimento Pastoral dos Migrantes e a Casa do Migrante, em Foz do Iguaçu,
87 enfatizando a importância da presença dos Conselheiros no Evento; e, dias 26 a 28 de junho,
88 realização do Terceiro Encontro Europeu da Rede de Brasileiros e de Brasileiras no Exterior, na
89 Casa Del Mar de Barcelona, Espanha, cuja programação preliminar encaminharia a todos os
90 Conselheiros, discorrendo sobre a importância desse Evento. A Irmã Rosita discorreu sobre a

91 importância desse Seminário, destacando a grande adesão, com brasileiros e brasileiras de vários
92 países interessados em participar. Falou ainda que a Rede foi criada no encontro de em 2007 em
93 Bruxelas, que foi o segundo encontro, e que estava coordenando a realização do terceiro encontro.
94 Continuando, o Presidente informou o recebimento de um ofício do Diretor-Presidente, em
95 exercício, da EMBRAPA sobre a Resolução Normativa 82, ao que a Conselheira Lídia discorreu
96 sobre o papel dessa Instituição e seu objetivo que era ser considerada uma agência de fomento para
97 os fins da RN 82, o que não constava de seu Estatuto. O Presidente, considerando que a Conselheira
98 Lídia Amaral, MCT, havia conduzido um trabalho de grupo anteriormente sobre o assunto,
99 informou que lhe encaminharia formalmente esse expediente para análise e manifestação. A
100 Conselheira Lídia Amaral solicitou ao Conselho a construção de um Grupo de Trabalho para rever
101 essa Resolução, incluindo na mesma as normas que disciplinavam a atuação do MCT e do CNPq no
102 sistema de autorização para pesquisa por estrangeiros, argumentando haver muitas solicitações de
103 instituições de pesquisa no Brasil de esclarecimento sobre a RN 82. O Presidente destacou que
104 talvez isso pudesse ser feito através de uma Instrução do próprio Ministério da Ciência e
105 Tecnologia, ao que a Conselheira Lídia Amaral observou que a aplicação da RN estava sendo
106 questionada por não haver detalhamento da própria norma, disciplinando sua aplicação. Afirmou
107 ainda a necessidade de haver um “link” na Internet. O Conselheiro Raimundo de Araújo Costa,
108 MAPA, esclareceu sobre a EMBRAPA e sua atuação no campo da pesquisa, indagando que realiza
109 uma espécie de fomento, ao que a Conselheira Lídia Amaral, MCT, respondeu negativamente,
110 discorrendo sobre a questão. O Presidente sugeriu o encaminhamento desse tema para o Ministério
111 da Agricultura, ouvindo, também, o MCT, antes de debater em Plenário o assunto. Destacou, que as
112 normas que se aplicam às pesquisas com estrangeiros, como qualquer norma do Conselho, sempre
113 terá uma margem de dúvidas em sua aplicação, surgindo novas indagações a cada dia. O
114 Conselheiro Ralph Peter Hendersen, MRE, ressaltou que cabia aos interessados se informarem
115 sobre as normas brasileiras existentes. A Conselheira Lídia Amaral, MCT, destacando as
116 informações que constantemente tinha que fornecer, observou que iria confeccionar um pequeno
117 manual com orientações sobre o assunto. O Conselheiro Vitor Luiz Carvalho, CUT, indagou se não
118 seria o caso de se criar um anexo para essa RN e esse anexo ser o manual, ao que o Presidente
119 destacou que o formato de um manual não deveria estar contido em uma norma, pois dessa forma
120 seria mais facilmente modificável. A Conselheira Lídia Amaral ressaltou que um manual feito pelo
121 MCT seria mais fácil de alterar, bastando uma Portaria Ministerial. Prosseguindo com os informes,
122 o Presidente mencionou que o Conselho havia encaminhado formalmente ao Comitê Olímpico
123 Internacional, através do Ministério dos Esportes, a moção de apoio aprovada na última reunião
124 referente à candidatura da Cidade do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016,
125 destacando a repercussão dessa notícia no *site* do Ministério dos Esportes, constando uma matéria
126 com o título: *Rio 2016 oferece procedimentos de imigração e aduana rápidos e eficazes: Conselho
127 mais representativo da Imigração no País assina moção de apoio aos Jogos no Rio*, e que seria
128 veiculada na próxima reunião. Antes de prosseguir, indagou se alguém gostaria de se manifestar, ao
129 que o Conselheiro Marcos Vinicius Quito, MS, passou a fazer um breve informe sobre a *influenza*
130 A, discorrendo sobre como o MS estava tratando dessa questão e como o Conselho poderia ajudar a
131 identificar medidas específicas ou de necessidade migratória que precisassem ser empregadas.
132 Destacou que o Ministério da Saúde estava articulado com toda a Rede de Proteção Sanitária
133 Internacional, com a OMS, e que havia no Ministério da Saúde o Centro de Informação Estratégica
134 de Vigilância em Saúde - CIEVES, que conglomerava um comitê de crise, hoje, instituído e
135 envolvendo a representação de vários órgãos governamentais, com ênfase ao Ministério da Defesa,
136 Relações Exteriores e Saúde. Que esse comitê tinha, também, a representação de alguns organismos
137 de pesquisa, sendo ele quem definia as ações necessárias no âmbito interno. Prosseguindo,
138 discorreu sobre quais as medidas a serem empregadas pelo Brasil frente à tentativa de controle da
139 *influenza*, informando, também, sobre essa modalidade de vírus e o seu grau de letalidade.
140 Ponderou que o Brasil ainda não tinha um quadro definido até o momento, nenhuma situação
141 comprovada de *influenza* no território brasileiro, informando os países com casos já confirmados.
142 Destacou que esse fenômeno tinha uma forte relação com a questão migratória, o que podia ser
143 observado no deslocamento do vírus no país, como havia sido no caso do “SARS” e como estava

144 sendo, agora, na *influenza*. Às indagação feita pela Conselheira Lídia Amaral, MCT, sobre o período
145 de incubação do vírus e mais alguns questionamentos, o Conselheiro Marcos Vinicius Quito, MS,
146 esclareceu que ao descuidar dos procedimentos tomados, poderia ocorrer um novo surto, com maior
147 intensidade, sendo essa a preocupação do Ministério da Saúde. Concluindo, o Conselheiro Marcos
148 Vinicius Quito, MS, observou ser esse um informe bem geral de que estavam atentos e que o
149 Conselho poderia encaminhar algum tipo de demanda para o comitê de crise no Ministério, se
150 assim entendesse e fosse necessário. O Conselheiro Valdir Vicente, UGT, indagou o porquê de essa
151 doença ser inicialmente chamada de gripe suína e, após, mudar sua designação, ao que o
152 Conselheiro Marcos Vinicius Quito, MS, discorreu sobre a questão do preconceito. Observou que
153 quando se nominava uma determinada doença com disseminação em escala maior, que acometia as
154 pessoas e a própria economia e se nominava, se estigmatizava essa nacionalidade de origem, como
155 era o caso dos mexicanos, discorrendo sobre o surgimento desse vírus. Concluindo, esclareceu que
156 a OMS, ciente da tônica da perseguição, da discriminação que envolvia a nomeação de
157 determinada doença, desde a *influenza* aviária na China, havia tomado a decisão de não nominar as
158 doenças com as nacionalidades de origem do país. O Conselheiro Ralph Peter Hendersen, MRE,
159 informou sobre as medidas adotadas pela Argentina com relação aos vôos no país de e para o
160 México, instruindo o Consulado, em Buenos Aires para que os interessados viessem ao Brasil e
161 daqui fizessem conexão com a empresa aérea Mexicana em São Paulo, com entendimentos entre as
162 empresas VARIG, Mexicana e TAM no sentido de facilitar esse procedimento. O Conselheiro Vitor
163 Luiz Carvalho, CUT, relatou um caso ocorrido com uma cidadã argentina e dois filhos, que não
164 puderam voltar para a Argentina e estavam morando no aeroporto no Brasil fazia dois dias, sem o
165 apoio da Argentina. Prosseguindo, o Conselheiro Marcos Vinicius Quito, MS, observou que tais
166 medidas eram em sua opinião exageradas. A Sra. Fabiana Gorenstein, OIT, informou que o sistema
167 das Nações Unidas vinha promovendo treinamento sobre a questão da gripe para saber como
168 proceder, relatando os procedimentos indicados. Prosseguindo, o Presidente informou que, no final
169 do ano passado, como era de conhecimento, foi feita a regulamentação da representatividade das
170 Centrais Sindicais e da forma como essa representatividade repercutia nos Conselhos. Que os
171 Conselhos do MTE que eram tripartites vinham sendo adequados, adotando a fórmula de inserção
172 das seis Centrais Sindicais mais representativas. Que provavelmente essa fórmula seria aplicada
173 também a esse Conselho e, conseqüentemente, geraria a introdução de uma nova Confederação
174 Patronal, assunto que estava sendo tratado no âmbito do Ministério, adequando o Conselho às
175 normas de representatividade. A Conselheira Adriana Giuntini, CNT, observou que a mesma norma
176 tinha que ser aplicada no lado das Confederações Patronais: que ficassem as seis mais
177 representativas, o que não havia ocorrido no CODEFAT, com a CNT, transporte, ficando de fora,
178 permanecendo as menos representativas e até com menor número de trabalhadores. O Conselheiro
179 Vítor Luiz Carvalho, CUT, lembrou que a CTB e a Nova Central tinham um prazo para ter um
180 coeficiente de representatividade para se adequarem aos critérios de Central, o que ainda não havia
181 acontecido. A Conselheira Marjolaine do Canto, CNC, observou que a Confederação mais
182 representativa para ser incluída no CNIG, na sua opinião, era a Confederação Nacional de Saúde. O
183 Presidente referiu-se ao trabalho realizado em 2007 no Conselho, quando havia sido feita uma
184 proposta de nova composição e que esse trabalho seria considerado na proposta de modificação a
185 ser encaminhada, com a diferença de que, conforme decisão do MTE, a representação passasse a
186 ser de seis integrantes do lado dos trabalhadores e de seis integrantes do lado dos empregadores, o
187 que seria feito dentro dos critérios estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego de
188 representatividade. O Conselheiro Eduardo Rios Neto, CNPD, informou que sua Entidade, com o
189 apoio da OIM, estava organizando um documento sobre o perfil da migração brasileira e seria
190 realizado em Brasília nos dias 02 e 03 de junho de 2009, um *workshop* com cinco técnicos que
191 foram contratados para elaborar esse perfil para a OIM, solicitando que esses consultores fizessem
192 uma visita ao Conselho, na reunião do dia 02 de junho. O Presidente observou ser uma boa
193 iniciativa, havendo interesse em acompanhar isso de perto, considerando a meta de, até o final de
194 2010, conseguir algum procedimento que estabelecesse uma base de informações para subsidiar a
195 elaboração de normas pelo Conselho. Que essa iniciativa junta-se ao processo iniciado em reunião
196 realizada ao fim de 2008 na Secretaria de Assuntos Estratégicos para que se pudesse, ainda esse ano,

197 construir o primeiro boletim de dados migratórios consolidado. O Conselheiro Eduardo Rios Neto,
198 CNPD considerou muito importante a apresentação da CNPD sobre essa questão na próxima
199 reunião. Aproveitando as observações feitas pelo Conselheiro Marcos Quito, MS, o Sr. Eduardo
200 Rios Neto notificou haver participado da reunião anual nas Nações Unidas no mês de abril passado,
201 em uma comissão chamada “Commission for Population Development”, com a temática “O Cairo
202 mais 15”, discorrendo sobre o Evento e a importância da participação do Brasil em respeito às
203 convenções internacionais e a adesão e incorporação desses temas na formulação de políticas.
204 Informou ter sido eleito Vice-Presidente da Comissão citada e encarregada da organização da
205 temática de 2010: *Saúde, Morbidade e Mortalidade*. Informou que incorporaria o CNIg em suas
206 atividades sempre que possível. O Presidente observou que a participação da CNPD nessa
207 Comissão é um reconhecimento, de sua competência no tema dos estudos populacionais. A Irmã
208 Rosita Milese, IMDH, comunicou que a Presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil,
209 a respeito do tema da anistia a estrangeiros irregulares, ou melhor, *Regularização Migratória* ou
210 *Anistia aos Estrangeiros Indocumentados no País*, havia tomado a iniciativa de mandar uma carta,
211 na semana passada, ao Presidente da Câmara dos Deputados, pedindo agilização na decisão da
212 aprovação da anistia. Recordava que em 2008 o Conselho havia feito uma moção de apoio à anistia
213 ao Ministério da Justiça, quando do início desse processo de discussão e que agora o projeto estava
214 tramitando da Câmara para o Senado e do Senado para a Câmara. Que a Presidência da CNBB
215 havia entendido oportuno manifestar, ao Presidente da Câmara, um pedido formal para que essa
216 anistia fosse apreciada e aprovada, partilhando essa informação com o Conselho por somar-se a
217 uma iniciativa tomada anteriormente pelo próprio Conselho. Concluindo, agradeceu ao Presidente
218 pela divulgação feita em duas oportunidades do Seminário de Foz do Iguaçu, do CSEM, o qual
219 estavam apoiando. O Presidente observou que, como o próprio Conselho já tinha essa moção de
220 apoio aprovada, deveria fazer, também, esse encaminhamento ao Presidente da Câmara dos
221 Deputados, reforçando a importância de que esse projeto da anistia fosse logo aprovado e entrasse
222 em vigor o mais rapidamente possível. Informou que essa moção de apoio aprovada havia sido
223 encaminhada ao Ministério da Justiça na época e poderia ser encaminhada agora ao Presidente da
224 Câmara, Tal proposta teve apoio do Plenário. O Conselheiro Vitor Luiz Carvalho, CUT, informou
225 haver estado nos dias 27 e 28 em Bruxelas, a convite da Confederação Sindical Internacional, onde
226 uma entidade holandesa havia disponibilizado recursos para intercâmbio e desenvolvimento de
227 projetos na busca de que as Centrais Sindicais assumissem um papel de sindicalizar imigrantes. Que
228 o projeto teria quatro trabalhos conjuntos: Brasil e Paraguai, Mauritânia e Senegal, Costa Rica e
229 Nicarágua e Filipinas e Malásia; onde identificaram os maiores fluxos migratórios. Observou que a
230 CUT havia sido convidada para este projeto porque já possuía outras interfaces com a CSI e
231 manifestou a preocupação de identificar parceiros como o próprio IMDH, o CAMI e outros que já
232 tivessem identificado um perfil do imigrante focado pelo projeto, de forma a agilizar para que os
233 recursos fossem mais bem aplicados e integrar esses imigrantes na base sindical. Concluindo, o
234 Conselheiro Vitor Luiz Carvalho, observou que iria trabalhar para que as Centrais Sindicais se
235 envolvessem mais nessa temática, realizando uma discussão objetiva para orientar tanto o brasileiro
236 no Paraguai quanto o paraguaio no Brasil. O Conselheiro Marcos Vinicius Quito, MS, referiu-se ao
237 que foi informado pelo Sr. Eduardo Rios, referente à pesquisa do perfil, que seria interessante no
238 momento dessa apresentação, se pudesse discutir com o grupo que componentes e possíveis
239 informações poderiam vir a ser abordadas nesse termo de referência que seria construído, pondo-se
240 à disposição para essa discussão. A Conselheira Christina Lima, CNI, passou a fazer dois informes:
241 que no mês de abril havia sido procurada por um Primeiro-Secretário da França, do Ministério da
242 Imigração, que veio ao Brasil em visita para informar sobre a nova política de imigração francesa.
243 Que lhe havia informado sobre o Conselho Nacional de Imigração e ele havia ficado muito
244 interessado, mas como não poderia vir ao CNIg, mandaria um representante da Embaixada para dar
245 conhecimento ao Conselho da nova política de imigração do Governo Francês e fazer parcerias ou
246 institutos conjuntos para melhorar a relação, inclusive com acordos bilaterais. Destacando a
247 importância do assunto, sugeriu ao Presidente que o representante do Governo da França fosse
248 ouvido na próxima reunião. Informou ainda haver uma ADIn contra a Portaria 186 do Ministério
249 que abriu para as Centrais observando que seria prudente se aguardar a decisão do Supremo para

250 fazer uma alteração de composição no Conselho. A Conselheira Adriana Giuntini, CNT, observou
251 que novas Confederações foram contempladas pela Portaria 186, o que estava sendo discutido.
252 Continuando, a Conselheira Christina Lima ponderou sobre a possibilidade de se mudar a
253 composição e ter uma declaração de inconstitucionalidade, retornando à representação antiga, o que
254 poderia ocasionar, inclusive, questionamentos sobre os atos decididos. Que seria prudente aguardar
255 a decisão do Supremo e se fosse confirmada a validade da Portaria e a representação, se discutiria
256 quais eram as mais representativas e mudar a lei. O Presidente ressaltou que existia uma Portaria do
257 Ministro disciplinando a questão da representatividade, obrigando todos os órgãos vinculados ao
258 Ministério a se adequarem à mesma. Que no caso dos Conselhos, essa alteração era feita via
259 Decreto Presidencial, não sendo uma decisão exclusiva do MTE, que poderia propor uma alteração
260 que seria decidida pelo Presidente da República. Que de qualquer maneira, era algo que não seria
261 feito de uma hora para outra, teria uma tramitação e envolveria a área jurídica do Ministério do
262 Trabalho e da Casa Civil. Concluindo, destacou haver uma deliberação do Ministério com relação a
263 isso, então, enquanto membros do Ministério, cabia adequar a composição a essa deliberação, o que
264 poderia ser conversado internamente, não podendo dar uma posição final sobre isso na Reunião por
265 necessitar de consultas dentro do próprio Ministério. O Presidente observou que esse debate seria
266 repassado permanentemente ao Conselho, antes de se tomar qualquer tipo de decisão ou, se caso
267 viesse a ser tomado algum tipo de decisão, para que os Conselheiros pudessem acompanhar esse
268 processo. O Conselheiro Vitor Luiz Carvalho, CUT, informou que no dia 29, o Sindicato dos
269 Petroleiros do Norte Fluminense, teria uma audiência com o Ministro Carlos Lupi para tratar da
270 questão da segurança e da fiscalização nas plataformas na grande Bacia de Campos. Observou que
271 havia sido entregue um levantamento feito em 22 plataformas, em vários pontos afetos à segurança
272 e também a preocupação com relação à fiscalização de estrangeiros. Destacou que a razão dessa
273 audiência era porque, infelizmente, não havia número suficiente de auditores para fiscalizar as
274 plataformas, entregando ao Ministro, uma pauta, solicitando o reforço dos auditores-fiscais do
275 trabalho. Concluindo, manifestou que o Sindicato dos Petroleiros, na sua pessoa, considerava como
276 de fundamental importância o trabalho dos fiscais do Ministério do Trabalho para que se pudessem
277 garantir condições de trabalho e saúde tanto para o brasileiro quanto para o imigrante. **2.**
278 **Aprovação da Agenda Provisória.** O Presidente destacando a importância dessa troca de
279 informações entre os Conselheiros prosseguiu com a reunião, informando a Agenda Provisória: *1. –*
280 *Abertura; 2. Aprovação da Agenda Provisória; 3. Aprovação das Atas da III Reunião Ordinária de*
281 *2009; 4. Apresentação de relatório pelo Grupo de Trabalho criado para acompanhar o atual*
282 *contexto internacional e o impacto nas migrações de trabalhadores; 5. Relato da reunião para*
283 *apresentação das medidas recomendadas pelo CNIg referentes às trabalhadoras e trabalhadores*
284 *brasileiros residentes no exterior e àqueles retornantes ao Brasil, em São Paulo; 6. Apresentação*
285 *do estágio atual do projeto “Casa do Trabalhador Brasileiro”; 7. Assuntos diversos; - Relato da*
286 *Visita do Presidente do CNIg à Casa do Trabalhador Brasileiro, em Foz do Iguaçu; e, 8. Processos*
287 *a serem relatados.* **3. Aprovação da Ata da III Reunião Ordinária.** Como essa Ata não havia
288 ficado pronta para essa reunião, o Presidente solicitou ao Pleno que a Ata da III Reunião fosse
289 apreciada em conjunto com a Ata da IV Reunião. **5. Relato da reunião para apresentação das**
290 **medidas recomendadas pelo CNIg referentes às trabalhadoras e trabalhadores brasileiros**
291 **residentes no exterior e àqueles retornantes ao Brasil, em São Paulo.** Observou que o relato da
292 reunião para apresentação de medidas recomendadas para o CNIg, referente aos trabalhadores
293 brasileiros residentes no exterior e aqueles retornantes ao Brasil, já havia sido feito durante a
294 abertura dessa reunião. **4. Apresentação de relatório pelo Grupo de Trabalho criado para**
295 **acompanhar o atual contexto internacional e o impacto nas migrações de trabalhadores** O
296 Presidente informou haver dois Grupos de Trabalho em funcionamento: o Grupo de
297 Acompanhamento do Contexto Internacional e o Grupo que trabalhava na formulação das políticas
298 migratórias. Observou que esse Grupo não vinha se reunindo, havendo uma imensa dificuldade em
299 se fazer todos os levantamentos, os estudos, as análises necessárias para que se pudesse trabalhar
300 em propostas de políticas com uma base de informações. Informou que o MTE estava em
301 negociações com a OIT para um acordo de cooperação visando a elaboração de estudos e pesquisas
302 para uma Política de Migrações e Proteção ao Trabalhador Migrante e um Plano de Ação respectivo.

303 O Presidente relatou a existência do Grupo Migrações e Saúde que estava suspenso, por não ter tido
304 continuidade em suas ações, solicitando ao Conselheiro Marcos Vinicius Quito, MS, que
305 informasse sobre o seu andamento. A Conselheira Marjolaine Canto, CNC, informou não haver
306 recebido a convocação para o Grupo de Trabalho, no que foi corroborada pela Conselheira
307 Christina Lima, CNI. O Presidente pediu desculpas pela Secretaria, informando que havia sido um
308 mês difícil em razão das mudanças ocorridas. O Conselheiro Marcos Vinicius Quito, MS, informou
309 que, com relação ao trabalho do Grupo de Saúde, havia sido construído um evento de discussão
310 mais detalhada sobre o assunto, principalmente, da revalidação de diplomas, de profissionais de
311 saúde, chegando a fazer todos os expedientes para isso, faltando apenas a legitimação desse evento,
312 considerando que a maior parte do peso da responsabilidade dessa discussão envolvia o MEC.
313 Sugeriu convocar uma reunião até a semana próxima, com a participação do MEC, do Ministério da
314 Saúde e, talvez, a banca empresarial, trazendo o relato dessa reunião para a próxima reunião da
315 CNIg. O Presidente prosseguiu passando a relatar a reunião do Grupo de Trabalho sobre
316 Acompanhamento do Cenário Internacional ocorrida no dia anterior, com a presença do Presidente
317 e dos Conselheiros Elias, Valdir Vicente e Rinaldo, mencionando o baixo quorum, o que computou
318 aos problemas ocorridos com a Secretaria. Que nessa reunião havia sido apresentado um relato do
319 evento ocorrido em São Paulo, no dia 27 de abril, o qual havia sido apresentado no início dessa
320 reunião, destacando as medidas aprovadas pelo Ministro e publicadas no Diário Oficial. Informou
321 haver sido aprovado pelo Grupo o acompanhamento da implementação dessas medidas, se estariam
322 tendo prosseguimento. Informou que como esse primeiro grupo de medidas tinha como foco o
323 Japão, mas que o Grupo entendia importante realizar um encontro com representantes de brasileiros
324 regressados de outros países. Que havia a sugestão de se fazer alguma atividade em Governador
325 Valadares para conversar com pessoas e entidades ligadas ao assunto e se ter um quadro sobre a
326 situação da migração, o retorno desses brasileiros em função de novo cenário internacional.
327 Continuando, esclareceu que a Presidência e a Secretaria fariam os contatos para agendar essa
328 reunião, a ser realizada no final do mês de maio, já trazendo informações para a próxima reunião do
329 Conselho, na primeira semana de junho. Indagou se alguém gostaria de se manifestar, com o
330 Conselheiro Eduardo Rios, CNPD, informando que disponibilizaria dois membros da Comissão: Sr.
331 Dimitri Fazito e o Sr. Weber Soares, que era de Valadares, para cooperar no planejamento da
332 atividade nessa cidade mineira. A Sra. Fabiana, OIT, referiu-se a uma publicação do Organismo e
333 que havia sido encaminhada ao Conselho, trazendo um artigo de uma pesquisadora da UFSC que
334 havia feito seu doutorado no caso de Valadares. Recomendou entrar em contato com a pesquisadora
335 e o uso do artigo publicado, como bibliografia acessória, ficando de encaminhar o contato. O
336 Presidente informou que o Grupo de Trabalho debateu também a situação da imigração ao Brasil e
337 distribuiu o conjunto de estatísticas do primeiro trimestre de 2009, para ser debatido. Informou que
338 esses dados eram colhidos mensalmente para que se pudesse acompanhar o que estava acontecendo.
339 Relatou sobre as principais tendências que os dados apontavam no comparativo entre 2008 e 2009,
340 discorrendo sobre a situação detectada. Prosseguindo, passou a informar sobre os investidores,
341 especialistas com vínculo de emprego, técnicos para prestação de assistência técnica, artistas e
342 marítimos, indicando os percentuais de crescimento. Com relação às quedas relatou o percentual de
343 46,08% nos investidores pessoa física por conta da transição entre as resoluções 60 e 84 e de
344 12,06% na Assistência Técnica por 90 dias, discorrendo sobre os vários segmentos e os fatores que
345 causaram essas mudanças. Observou que alguns dos setores citados tinham impulsionado a vinda
346 de mão-de-obra de especialistas e de profissionais estrangeiros para o Brasil em razão da
347 manutenção de investimentos. Relatou que a avaliação do grupo de Trabalho era de que o forte
348 crescimento do setor do petróleo e a manutenção dos investimentos continuavam gerando demanda
349 de mão-de-obra estrangeira. Concluindo, ressaltou que o GT havia chegado à conclusão da
350 necessidade de continuar com o acompanhamento para ver como a situação se comportaria e, caso
351 houvesse algo que apontasse em outra direção, o Grupo seria convocado para analisar possíveis
352 medidas em relação a isso. Que atualmente não havia nenhum elemento que apontasse que a vinda
353 de estrangeiros era algo que estaria trazendo algum prejuízo para o mercado de trabalho brasileiro
354 ou para o País como um todo, ao contrário, eram pessoas que, conforme os dados apontavam,
355 continuavam vindo na execução de investimentos e na contribuição para o desenvolvimento do país.

356 Observou que gostaria de ouvir o Conselho sobre esse informe e as conclusões preliminares a que o
357 Grupo havia chegado na reunião do dia anterior. A Conselheira Christina Lima, CNI, solicitou o
358 detalhamento por setor econômico. A Conselheira Lídia Amaral, MCT, destacou que gostaria de
359 deixar registrada a informação de que após a aprovação da Resolução 82, haviam caído os pedidos
360 de visto de estrangeiro para fazer pesquisa no Brasil, e que muitos passaram a ingressar com visto
361 de turista e que o Ministério do Meio Ambiente, através do Conselho Gestor de Patrimônio
362 Genético - CGEN, vinha autorizando pesquisa com estrangeiros, aproveitando sua estada no país,
363 com outros tipos de visto, o que era ilegal. O Conselheiro Ralph Peter Hendersen, MRE, informou
364 que o artigo 125 tinha um inciso que cominava com pena de um a três anos de cadeia quem induzia,
365 trazia ou desvirtuava - a atividade pela qual o estrangeiro estava autorizado a atuar no Brasil. A
366 Conselheira Lidia Amaral, MCT, indagou se o Conselho teria interesse nas estatísticas de pedidos
367 de visto antes e depois da Resolução Normativa 82, informando que o MCT tinha condições de
368 fornecer, ao que o Presidente encontrou interessante ter esses dados. O Conselheiro Vitor Luiz
369 Carvalho, CUT, discorreu sobre a crise econômica e suas complicações na vida do trabalhador,
370 assim como sobre os investidores e a indústria automobilística. Ressaltou a questão de utilizar o
371 visto de turista para trabalhar ou fazer pesquisa no Brasil não era novidade, exemplificando com
372 uma situação semelhante de anos atrás. Sugeriu que o MTE deveria trabalhar essa informação e, se
373 fosse o caso, encaminhar para a Polícia Federal. O Conselheiro Ralph Peter Hendersen, MRE,
374 pediu a palavra para registrar a satisfação pela informação dada pela consultoria da OIT,
375 ressaltando que a inclusão de Entidades como o CNPD no Conselho trazia grande alcance na
376 resolução dessas situações. O Conselheiro Rinaldo Gonçalves de Almeida, MTE, destacou sua
377 participação no GT no dia anterior, discorrendo sobre a situação constatada no mês de janeiro,
378 destacando sua reversão em fevereiro e março, aquecendo o mercado e citando as medidas tomadas
379 pelo governo para incrementar os diversos setores da economia. Que se observava que algumas das
380 empresas que estavam retomando a contratação de mão-de-obra estrangeira eram justamente
381 aquelas de equipamentos, que tinham uma repercussão muito maior, porque eram fornecedoras para
382 outras empresas brasileiras que estavam investindo e contratando. Prosseguindo, o Conselheiro
383 Rinaldo Gonçalves de Almeida referiu-se às palavras do Conselheiro Vitor Luiz Carvalho, CUT, a
384 respeito da preocupação do Sindicato com os estrangeiros no setor do petróleo e a audiência no
385 MTE para mencionar esse cenário, o que em sua opinião era positivo. Informou que se vinha
386 tentando criar ações nesse sentido e, para esse ano, já havia dois Seminários montados com os
387 Auditores Fiscais do Trabalho do Brasil inteiro, para treinamento específico visando identificar
388 possíveis distorções, não só em relação ao tema do trabalho em navios e plataformas de petróleo,
389 como também, o trabalho em terra. Argumentou que essa cultura tinha que ser implantada muito
390 devagar, porque, até então, para o Auditor Fiscal do Trabalho, a inspeção de trabalho estrangeiro
391 era uma coisa muito diferente do seu cotidiano, fazendo protocolos para que soubesse que
392 documentos exigir, o que checar para verificar o cumprimento das Resoluções 61, 71 e 72.
393 Prosseguindo, dirigiu-se ao Conselheiro Ralph Peter Hendersen, MRE, discorrendo sobre a situação
394 dos trabalhadores estrangeiros, se seria possível ter um dado anual ou mensal de quantos vistos
395 estavam sendo feitos. O Conselheiro Ralph informou não ter, assim de pronto, como levantar essa
396 informação, que demandaria um pouco de pesquisa; mas como a concessão era seguida de uma
397 publicação, se poderia, com certa dificuldade, se conseguir esses dados. O Conselheiro Vitor Luiz
398 Carvalho, CUT, indagou se nesse levantamento, poderia ser apontado o que estava sendo
399 caracterizado como emergencial, havendo que se tomar cuidado com sua aplicação. O Conselheiro
400 Marcos Vinicius Quito, MS, ressaltou que as iniciativas de se ter informações a respeito da
401 dinâmica migratória eram extremamente oportunas, tendo certa dificuldade de encontrar,
402 principalmente, pesquisas e estudos. Observou que havia muito documento da OIT e da OIM,
403 constituindo informações oficiais que eram bastante ricas, mas que a pesquisa que se vinha
404 construindo dentro do Brasil era uma discussão um pouco mais restritiva. Observou que gostaria de
405 ter vinculado ao sítio do Conselho de Imigração, no portal do Ministério, um *link* de referência
406 bibliográfica ou então, outro *link* que desse acesso a outros espaços de oferta de informações ou que
407 concentrasse artigos como o que se falou da imigração de Valadares para que se pudesse ter um rol
408 visível de material produzido. Que considerava que a CNPD, o IMDH e a própria OIT poderiam

409 ajudar a se obter esse conjunto de informações. O Sr. Eduardo Rios Neto, CNPD, esclareceu que
410 quando a CNPD consolidasse a sua situação, agora, na SAE, discutiriam a criação de *site*. Observou
411 que como a SAE estava vinculada à Presidência da República a Comissão passaria a ser uma
412 Comissão na Presidência da República, que colocava a CNPD numa posição estratégica e que,
413 mesmo que a SAE fosse extinta, a sua posição seria na Presidência da República. Dirigindo-se ao
414 Conselheiro Ralph Peter Hendersen, MRE, informou que o evento organizado pelo Embaixador
415 Gradilone, Brasileiros no Mundo, havia sido bem sucedido e que haviam sido publicados dois
416 volumes de alto nível, com ele mesmo tendo produzido um artigo, sendo que esse trabalho poderia
417 ser compilado pelo GT. Prosseguindo, observou que o Embaixador Gradilone havia falado sobre
418 um planejamento para realizar um segundo evento, sendo importante a participação tanto da CNPD
419 quanto do CNIg. A Sra. Fabiana Gorenstein, OIT, observou a preocupação dessas agências
420 internacionais de obterem estatísticas desagregadas por gênero, não havendo encontrado dados,
421 especialmente no tema da migração. Colocou que a questão das mulheres era especialmente
422 sensível para se poder comparar como andava a divisão de gênero da imigração regular com a
423 irregular, sendo interessante se conseguir esses dados. A Sra. Fabiana Gorenstein, OIT, informou
424 que o único dado que tinham era da pesquisa do Ministério da Justiça que falava sobre os
425 deportados e não admitidos, com a maioria sendo masculina, e com a migração feminina ainda
426 menor, mas seria interessante para se poder perceber como andava a questão da situação migratória
427 das mulheres. A Conselheira Christina Lima, CNI, observou que no Seminário da OIT, em São
428 Paulo, havia ficado nesse Grupo de dados estatísticos e a conclusão do Grupo era a necessidade de
429 todos os dados serem reunidos e disponibilizados em um *site* de fácil acesso para se poder trabalhar
430 com segurança. Que esse instrumento poderia ser colocado no próprio Conselho, sugerindo a
431 contratação de alguma empresa ou alguma entidade de pesquisa para organizar esses dados, para
432 que posteriormente se pudesse demandar estudos específicos de interesse do Conselho. O
433 Presidente, reportando-se às palavras da Conselheira Christina Lima, CNI, esclareceu que isso
434 havia sido deliberado nas recomendações do evento de São Paulo, sendo um dos principais pontos
435 do documento de Itapeceira da Serra, estando, inclusive, na Agenda Hemisférica do Trabalho
436 Decente da OIT, com os países tendo, até o final de 2010, que dispor de um sistema que
437 congregasse informações migratórias. Que o MTE estava trabalhando com a possibilidade de se
438 fazer parceira com a CNPD e também, com o acordo de cooperação com a OIT, para que se
439 pudesse, por esses dois lados, trabalhar essa questão, destacando a questão do corte no orçamento,
440 que prejudicava esse assunto, informando que a prioridade era a Casa do Trabalhador Brasileiro em
441 Hamamatsu. O Sr. Eduardo Rios, CNPD, referiu-se à modernização do sistema de controle de
442 entrada e saída de estrangeiros pelo Ministério da Justiça, que geraria uma base de dados que
443 poderia ser utilizada para um projeto em 2010, propiciando um trabalho a longo prazo. Observou
444 ser uma perspectiva promissora, com o problema sendo a viabilização dos recursos necessários e
445 que esse assunto deveria constar na agenda, constituindo-se em uma chance única de se padronizar
446 e unificar a matéria. O Presidente, indagando se havia mais algum questionamento, passou para o
447 próximo ponto da pauta: **6. Apresentação do estágio atual do projeto “Casa do Trabalhador**
448 **Brasileiro”**, destacando ser um Projeto que já havia tido a aprovação da Consultoria Jurídica do
449 MTE. Informou a realização de reunião com o Ministério das Relações Exteriores com a presença
450 de representantes da Consultoria Jurídica, das áreas de orçamento, de Políticas Públicas de
451 Emprego e de Imigração do MTE e as respectivas contrapartes no MRE. Relatou que havia sido
452 concluído o texto do futuro Acordo de Cooperação entre MTE e MRE, explanando como
453 funcionaria esse acordo, com a assinatura posterior de um convênio com uma entidade sem fins
454 lucrativos ligada à comunidade de brasileiros e de brasileiras em Hamamatsu, a qual seria
455 responsável pela execução do projeto. Ressaltou que também estava pronto o termo de referência da
456 Casa e em análise no Itamaraty, compondo um espaço de cerca de 100 m², com sete pessoas
457 atendendo ou gerenciando o trabalho na Casa, todos contratados localmente, com a previsão de
458 atendimento de oitenta pessoas/dia. A Conselheira Lidia Amaral, MCT, indagou sobre o contrato,
459 com o Presidente destacando que a entidade que iria gerir o projeto era sem fins lucrativos,
460 relatando o procedimento para seleção por Edital e estabelecido pelo Termo de Cooperação.
461 Informou o interesse da Caixa Econômica Federal em participar do projeto, cuja documentação lhe

462 havia sido encaminhada. Que a forma dessa participação ainda não estava definida, podendo
463 ocorrer algum tipo de ajuste na pactuação com o Itamaraty, podendo ser tocado a três mãos: MTE,
464 MRE e Caixa Econômica Federal. Que esperava que, talvez em junho, se tivesse a assinatura desse
465 Termo de Cooperação do Ministério do Trabalho com o Ministério das Relações Exteriores,
466 iniciando a fase do conveniamento no Japão com a entidade. A Conselheira Lidia indagou como
467 vinha sendo a recepção do Governo Japonês em relação a esta iniciativa. O Presidente esclareceu
468 que a Caixa já tinha um escritório em Hamamatsu e que estava autorizada a funcionar no Japão,
469 informando a existência do CIATE, Centro mantido pelo Ministério do Trabalho japonês em São
470 Paulo, tocado por entidades ligadas a entidades nipo-brasileiras no Brasil. Prosseguindo, enfatizou a
471 importância desse projeto, informando que a previsão de despesa de cerca de R\$ 1,3 milhão por ano
472 para esse projeto. O Conselheiro Vitor Luiz Carvalho, CUT, indagou se os brasileiros que viviam
473 no Japão teriam prioridade, ao que o Presidente esclareceu que os funcionários, em princípio,
474 seriam brasileiros já residentes no Japão, discorrendo sobre os requisitos necessários. Prosseguindo,
475 o Presidente passou para **7. Assuntos diversos; - Relato da Visita do Presidente do CNIg à Casa**
476 **do Migrante, em Foz do Iguaçu. O Presidente** informou que a visita foi feita por ocasião da
477 realização de um encontro com a comunidade local para esclarecimento sobre os procedimentos
478 migratórios brasileiros, realizada a convite da Gerência Regional do Trabalho naquela cidade.
479 Informou que o evento havia sido realizado na Associação Empresarial e Comercial de Foz do
480 Iguaçu sendo, na seqüência, efetuada visita à Prefeitura de Foz do Iguaçu e à Casa do Migrante, que
481 foi realizada em conjunto com representante da Secretária de Política para as Mulheres, que havia
482 manifestado interesse em participar da atuação na Casa do Migrante de Foz do Iguaçu,
483 implementando uma espécie de centro de atendimento à mulher nessa cidade. **ENCERRAMENTO.**
484 O Presidente encerrou os trabalhos para o almoço, convocando a todos para retornarem às
485 14h30min. Retomando os trabalhos, o Presidente observou que essa reunião era uma continuação,
486 havendo quorum na abertura, podendo ser reiniciada com qualquer número de Conselheiros
487 presentes. **8. Processos a serem relatados. 1) Processo nº 46000.020790/2008-14:** Antônio Cioffi
488 e esposa. O Conselheiro Relator, Rinaldo de Almeida (MTE), manifestou-se por manter
489 indeferimento, com a decisão acatada pelos demais Conselheiros; **02) Processo nº**
490 **08387.000865/2008-56:** Alexandre Bastos Freire Coelho. O Conselheiro Relator, Rinaldo de
491 Almeida (MTE), manifestou-se pelo deferimento, decisão acatada pelos demais Conselheiros; **03)**
492 **Processo nº 08390.003469/2008-21:** Malena Sofia Tanco. O Conselheiro Relator, Luciano Barbosa
493 (MJ), votou pelo deferimento, sendo acompanhado pelos demais Conselheiros; **04) Processo nº**
494 **46000.020982/2008-12:** Miguel Carmelo Récio Álvarez. O Conselheiro Relator Luciano Barbosa
495 (MJ), votou pelo indeferimento, decisão acatada pelos demais Conselheiros; **05) Processo nº**
496 **08354.001740/97-71:** Thomas Hendrik Hagenbrock. O Conselheiro Relator Luciano Barbosa (MJ),
497 solicitou a retirada de Pauta, deixando sua análise para a próxima Reunião; **06) Processo nº**
498 **46000.004080/2009-10:** Juan Roberto Hernandez Martinez e esposa. O Conselheiro Relator,
499 Luciano Barbosa (MJ), votou pelo deferimento, sendo acompanhado pelos demais Conselheiros;
500 **07) Processo nº 46000.004614/2009-16.** Kathryn Ann Murnane. O Conselheiro Relator, Ralph
501 Peter Hendersen (MRE), votou pelo deferimento, decisão acatada pelos demais Conselheiros; **08)**
502 **Processo nº 46000.031849/2008-91:** Aleksandr Dubnicenko. Não relatado; **09) Processo nº**
503 **46000.020440/2008-40.** Thomas Sebastian Wohlschlager. Não relatado; **10) Processo nº**
504 **46000.020925/2008-33:** Felix Modesto Molina Mutiz. Não relatado; **11) Processo nº**
505 **46205.004609/2008-18:** Kristin Svedberg. O Conselheiro Relator, Rinaldo Almeida (MTE) votou
506 pelo deferimento, com a decisão acatada pelos demais Conselheiros; **12) Processo nº**
507 **46205.014666/2008-13:** Gil Martins. Não relatado; **13) Processo nº 46000.031163/2008-09:**
508 Antônio Donghia. O Conselheiro Relator, Rinaldo de Almeida (MTE), manifestou-se por
509 “exigência”, decisão acatada pelos demais Conselheiros; **14) Processo nº 46000.031162/2008-56:**
510 Filipo Donghia e esposa. O Conselheiro Relator, Rinaldo de Almeida (MTE), manifestou-se por
511 “exigência”, decisão acatada pelos demais Conselheiros; **15) Processo nº 46000.027978/2008-85:**
512 Miguel Angel Mollinedo Razuri e filho. A Conselheira Relatora, Lidia Amaral (MCT), votou pelo
513 deferimento, voto acatado pelos demais Conselheiros; **16) Processo nº 46000.002804/2009-91:**
514 José Carvalho Ramos. A Conselheira Relatora, Lidia Amaral (MCT), votou pelo deferimento, voto

515 acatado pelos demais Conselheiros; **17) Processo n° 08531.001879/2007-03:** Maria Eleuteria
516 Suarez. A Conselheira Relatora, Lidia Amaral (MCT), votou pelo deferimento, voto acatado pelos
517 demais Conselheiros; **18) Processo n° 08460.017258/2008-03:** Elsayed Moustafa Elsayed Marzouk.
518 A Conselheira Relatora, Haila Braga (MTUR) propôs o indeferimento, decisão acatada pelos
519 demais Conselheiros, **19) Processo n° 08492.003920/2007-81:** Perluigi Bordin, italiano; A
520 Conselheira Relatora, Haila Braga, MTUR, manifestou-se por “exigência”, decisão acatada pelos
521 demais Conselheiros; **20) Processo n° 46000.035767/2008-16:** Monique Von Senger Eberth. O
522 Conselheiro Relator, Valdir Vicente (CGT), manifestou-se pelo deferimento condicionado, decisão
523 acatada pelos demais Conselheiros; **21) Processo n° 46000.027517/2008-11:** Salman. O
524 Conselheiro Relator, Valdir Vicente (CGT), manifestou-se pelo deferimento, decisão acatada pelos
525 demais Conselheiros; **22) Processo n° 8335.000658/2008-15:** Mirjam Goring. O Conselheiro
526 Relator, Elias Ferreira (FS), manifestou-se pelo deferimento, decisão acatada pelos demais
527 Conselheiros; **23) Processo n° 08460.009882/2008-29: Santiago Elias Salazar. O Conselheiro**
528 **Relator, Elias Ferreira (FS),** manifestou-se pelo deferimento condicionado, decisão acatada pelos
529 demais Conselheiros; **24) Processo n° 46000.035948/2008-42:** Juana Lourdes Humerez Barcaya. O
530 Conselheiro Relator, Valdir Vicente (CGT), manifestou-se por “exigência”, decisão acatada pelos
531 demais Conselheiros; **25) Processo n° 46000.035309/2008-87:** Kraig Lyndon Klaudt. O
532 Conselheiro Relator, Valdir Vicente (CGT), Haila Braga (MTUR), manifestou-se pelo deferimento
533 condicionado, decisão acatada pelos demais Conselheiros; **26) Processo n° 46000.033961/2008-67:**
534 Clive Gavin Cook. Não apresentado; **27) Processo n° 08492.000077/2007-81:** Marcel Gilbert
535 Latrompette. Não apresentado; **28) Processo n° 46211.001171/2009-18:** Shoghik Martirosyan. A
536 Conselheira Relatora, Christina Aires Corrêa Lima (CNI), manifestou-se pelo deferimento, decisão
537 acatada pelos demais Conselheiros; **29) Processo n° 46094.000021/2009-71:** Raul Crespo Coca. A
538 Conselheira Relatora, Christina Aires Corrêa Lima (CNI), manifestou-se pelo deferimento, decisão
539 acatada pelos demais Conselheiros; **30) Processo n° 08260.001168/2006-87:** Thomas Kraack. A
540 Conselheira Relatora, Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do Canto (CNC) manifestou-se pelo
541 deferimento, decisão acatada pelos demais Conselheiros; **31) Processo n° 46000.002160/2009-31:**
542 Iriarte Iván Reyes Ato e esposa. A Conselheira Relatora, Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do
543 Canto (CNC) manifestou-se pelo deferimento, decisão acatada pelos demais Conselheiros; **32)**
544 **Processo n° 46215.458192/2009-71:** Inés Clara Ovando de Franck. . A Conselheira Relatora,
545 Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do Canto (CNC) manifestou-se pelo deferimento, decisão
546 acatada pelos demais Conselheiros; **33) Processo n° 08400.012934/2007-78:** Paulo Miguel Lemos
547 Costa Migueias. O Conselheiro Relator, Sérgio Antônio Victor (CNT) manifestou-se pelo
548 deferimento, decisão acatada pelos demais Conselheiros; **34) Processo n° 46880.000044/2008-38:**
549 Salah Yousef Abdel Fattah Yousef. O Conselheiro Relator, Sérgio Antônio Victor (CNT)
550 manifestou-se pelo deferimento, decisão acatada pelos demais Conselheiros; **35) Processo n°**
551 **46000.002813/2009-81:** Kathryn Louise Wrighton. O Conselheiro Relator, Sérgio Antônio Victor
552 (CNT) manifestou-se pelo deferimento, decisão acatada pelos demais Conselheiros; **36) Processo**
553 **repetido; 37) Processo n° 46000.032440/2008-92:** Antônio Tito As Silva Aguiar. A Conselheira
554 Relatora, Marilena Funari (CNF), manifestou-se pelo deferimento, decisão acatada pelos demais
555 Conselheiros; **38) Processo n° 46000.021498/2008-19:** José Luis Roxo Mendes Alves. A
556 Conselheira Relatora, Marilena Funari (CNF), manifestou-se pelo indeferimento, decisão acatada
557 pelos demais Conselheiros; **39) Processo n° 46000.007683/2009-73:** João Paulo Albuquerque
558 Pinto de Abreu. O Conselheiro Relator, Roque Laraia (SBPC), manifestou-se pelo indeferimento,
559 decisão acatada pelos demais Conselheiros;. **40) Processo n° 08390.004229/2008-44:** Ghislain
560 Léopold Joseph Mathos. O Conselheiro Relator, Roque Laraia (SBPC), manifestou-se pelo
561 deferimento, decisão acatada pelos demais Conselheiros. **Processo Extra-Pauta. 41) Processo n°**
562 **47758.000212/2008-63:** Jussara Andadir Gomes da Silva. O Conselheiro Relator, Elias Ferreira
563 (FS), manifestou-se pelo deferimento, decisão acatada pelos demais Conselheiros. **Processos a**
564 **serem deferidos ad referendum por cumprimento do artigo 2° da RN 77/08, e referendados**
565 **pelo Plenário: 42) n° 46000.033911/2008-80; 43) Processo n° 46000.033952/2008-76; 44)**
566 **Processo n° 46880.000068/2008-97; 45) Processo n° 46211.001710/2009-19; 46)**
567 **46000.029893/2008-31; e, 47) Processo n° 08310.005636/2008-11. Processos a serem**

568 indeferidos *ad referendum* RN 27/98 c/c 05/2003: 48) Processo n° 08507.000424/2007-60; 49)
569 Processo n° 08457.008539/2006-54; 50) Processo n° 08495.002016/2005-67; 51) Processo n°
570 08504.000928/2008-91; 52) Processo n° 08495.003725/2006-41; 53) Processo n°
571 08297.002216/2007-18; 54) Processo n° 08452.005967/2006-75; 55) Processo n°
572 08495.000155/2007-18; 56) Processo n° 08270.013503/2006-71; 57) Processo n°
573 08495.000845/2007-77; 58) Processo n° 08495.001009/2006-29; 59) Processo n°
574 08457.004427/2007-13; 60) Processo n° 08310.000923/2007-54; 61) Processo n°
575 08390.006093/2007-26; 62) Processo n° 46000.002659/2008-67; 63) Processo n°
576 08706.003440/2007-68; 64) Processo n° 08495.002007/2005-76; 65) Processo n°
577 08495.001812/2006-63; 66) Processo n° 08495.003307/2005-72; 67) Processo n° 08495.
578 001047/2006-81; 68) Processo n° 08495.002604/2006-81; 69) Processo n° 08458.000763/2007-
579 79; 70) Processo n° 08495.002852/2006-22; 71) Processo n° 08495.000550/2008-81; 72)
580 Processo n° 08495.001603/2007-09; processos a serem indeferidos *ad referendum* por não
581 cumprimento de exigência da RN 77/08: 73) Processo n° 46000.021616/2008-81; 74) Processo
582 n° 46000.014385/2008-59; 75) Processo n° 46000.014129/2008-61; 76) Processo n°
583 08385.0078422/2008-92; 77) Processo n° 46000.014002/2008-42; 78) Processo n°
584 46000.013728/2008-68; 79) Processo n° 46000.0021469/2008-49; 80) Processo n°
585 46000.028649/2008-51; 81) Processo n° 46000.019788/2008-94; 82) Processo n°
586 46000.028046/2008-50; 83) Processo n° 46000.020451/2008-20; 84) Processo n°
587 46220.002627/2008-77; 85) Processo n° 46000.020007/2008-12; 86) Processo n°
588 46000.0185445/2008-39; 87) Processo n° 08495.000734/2008-41; 88) Processo n°
589 46000.021060/2008-22; 89) Processo n° 46000.034324/2008-52; 90) Processo n°
590 46000.014207/2008-28; 91) Processo n° 46000.016839/2008-26; 92) Processo n°
591 46000.016675/2008-37; 93) Processo n° 46000.016945/2008-18; 94) Processo n°
592 46219.023619/2008-01 - suspenso; 95) Processo n° 46000.028186/2008-28; 96) Processo n°
593 46000.017628/2008-19; 97) Processo n° 46000.017425/2008-14; 98) Processo n°
594 46000.025668/2008-26; 99) Processo n° 46000.025054/2008-44; 100) Processo n°
595 46000.026660/2008-87; 101) Processo n° 08433.001267/2008-00; 102) Processo n°
596 46000.019788/2008-94; 103) Processo n° 46000.024107/2008-18. Processos retirados de pauta:
597 104) Processo n° 46212.003620/2009-52; 105) Processo n° 46205.003868/2009-11; 106)
598 Processo n° 08260.000879/2005-53; 107) Processo n° 46000.02704/2008-60; 108) Processo n°
599 46000.032952/2008-59; 109) Processo n° 46000.001671/2009-35; 110) Processo n°
600 08460.015685/2004-15; 111) Processo n° 08390.002453/2008-00; 112) Processo n°
601 46205.003871/2009-26; 113) Processo n° 46205.002521/2009-42; 118) Processo n°
602 46000.030756/2008-40. Processos a serem indeferidos *ad referendum* RN 60 ART.2°: 114)
603 Processos n° 46000.027627/2008-74; 115) Processo n° 46094.000019/2008-11; 116) Processo n°
604 46000.027628/2008-19; 117) Processo n° 46000.027629/2008-63. Encerramento – Nada mais
605 havendo a tratar, o Presidente do CNIg, Paulo Sérgio de Almeida, encerrou a IV Reunião do
606 Conselho Nacional de Imigração de dois mil e nove às dezessete horas e vinte minutos.